

## AO SABOR DO GÊNERO: UMA LEITURA DE “INICIADO DO VENTO”, DE ANÍBAL MACHADO.

O fato é que cada escritor cria seus precursores. Seu trabalho modifica nossa concepção do passado, como há de modificar o futuro.  
(Jorge Luis Borges).

GONÇALVES, Gracia Regina<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho visa empreender uma leitura do conto “O iniciado do vento”, publicado na obra *A morte da porta estandarte e outras histórias* (2002), de Anibal Machado, calcada nos pressupostos dos estudos de gênero e sua injunção na constituição de subjetividades. Acredito que o conto, ao apresentar uma trama de suspeição de envolvimento afetivo entre duas personagens masculinas, propositalmente, procede a uma diluição de fronteiras no nível da ética, estabelecendo uma tensão que permanece não resolvida, antecipando, assim, posturas filosóficas relativas, em especial, à masculinidade, conforme identificada e analisada por Elisabeth Badinter (1993) e, por extensão, a pressupostos associados às categorias de gênero vistas, também, por tantos outros e outras, como Jane Flax (1994) e Judith Butler (1993), como um construto social a ser desmistificado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anibal Machado, Estudos de gênero, Masculinidade, Conto moderno.

A constituição do olhar como o vilão que tende a configurar os sujeitos e suas identidades está mais do que nunca presente em um texto que antecede, em décadas, a outros de caráter pretensamente mais integrados ao contexto dos estudos de gênero. Trata-se de “O iniciado do vento”, de Aníbal Machado, pertencente a sua coletânea *A Morte da Porta Estandarte e Outras Histórias* (1959), mais conhecida pelo conto que lhe dá o título. Além deste, outros como “O Piano”, traduzido para o inglês na antologia *The World of the Short-Story* (1990) ou, ainda, “Viagem aos Seios de Duília” e “Tati, a Garota”, adaptados para a tela do cinema, também ganharam largo reconhecimento do público.

---

<sup>1</sup> Professora Associada IV da Universidade Federal de Viçosa. Atua principalmente nos seguintes temas: Literatura e gênero; Pós-colonialismo; Literatura e ecocrítica.

Contemplado tacitamente pela crítica, “O iniciado do vento” tem sido lido como um confronto alegórico de duas eras – a da sociedade agrária *versus* a da urbanização no Brasil de meados do século XX, conforme o faz Márcia Azevedo Coelho (2009), em sua tese de doutoramento, na qual explora algumas vertentes que abordam a questão; por exemplo, tratando-se de uma jornada de retorno do protagonista a um ponto cíclico de sua trajetória, esta pode ser vista dentro de um plano mítico do herói em torno de sua superação. Outra possível leitura, apresentada pela autora, apropria-se, via Todorov, do fantástico, enquanto estratégia de camuflagem de tabus e estranhamentos de cunho social.

O presente trabalho visa empreender uma nova focalização deste texto literário calcada nos pressupostos dos estudos de gênero e sua injunção na constituição de subjetividades, em especial no que tange a parâmetros de masculinidade estabelecidos via-de-regra pelo senso-comum. Acredito que o conto, ao apresentar uma trama de suspeição de envolvimento afetivo entre duas personagens masculinas, propositalmente proceda a uma diluição de fronteiras no nível do comportamento e da ética, estabelecendo uma tensão que permanece não resolvida, antecipando, assim, posturas relativas, em especial, à masculinidade. À luz, especialmente, da filósofa francesa Elisabeth Badinter (1993), este estudo busca evidenciar na narrativa de Aníbal Machado a tônica da fluidez que caracterizaria este construto, ao mesmo tempo que a associaria, sub-repticiamente, à representação deste fator pulsante no texto, a consolidação de um imaginário masculino num país a emergir do passado.

Talvez esta faceta de complexidade, inerente às caracterizações da trama, explique a receptividade relativamente menor da obra no período de sua publicação. Na narrativa, em contexto de modernização do Brasil, acontece a justaposição de um engenheiro de estradas, José Roberto, ou Zé Roberto, como vem a ser chamado, e Zeca da Curva, um menino do campo, ingênuo e sonhador, uma versão moderna do *beau-sauvage*. O primeiro “José”, após sua passagem pela cidadezinha do segundo, refúgio para o qual viera em busca de um clima de repouso (insisto nos prenomes pois considero a coincidência fonética entre ambos um marco significativo de identificação mútua), vê-se, inusitadamente, tornar-se réu em um processo penal envolvendo o garoto, que, misteriosamente, desaparecera. Obliterando-se a possibilidade de uma factual relação homoafetiva, ainda um tabu para a época, é dada, no conto, ênfase na equiparação dos dois perfis díspares que se aproximam, conduzindo o olhar para dois

estratos sociais antagônicos, em termos de uma hegemonia ideológica, social e econômica. Sobremaneira, a despeito do sim, a partir de provas meramente circunstanciais levantadas no texto, ou do não, abrir-se-ia um espaço importante para considerações da ordem discursiva, relativa ao descrédito de parâmetros essencialistas e estereotipados no âmbito da interpretação de papéis em sociedade e da respectiva formação de juízos de valor, previamente estabelecidos, em torno da concepção de uma, à época, desejável masculinidade.

O que ora se pretende mostrar é o quanto carece de definição o campo da verdade, atrelada, invariavelmente, segundo Foucault (1987), aos meandros do poder.

A fim de melhor discutir os aspectos pertinentes a esta proposta, faz-se necessário um breve levantamento do contexto histórico que explicaria as condições de possibilidade da produção desta trama.

Embora mantenha um padrão inclusive taxado de classicizante na representação do campo e da cidade, Aníbal Machado faz perceber o trânsito, nem sempre harmônico entre duas instâncias, desnudando o embate de visão de mundos neste período. O fenômeno dá mostras de ressonância num estudo que faz José Miguel Wisnik (2002) ao traçar um panorama da pulsação do país nos anos pós-construção de Brasília, no qual enfatiza uma febre de modernidade em choque com condições ainda precárias de um país alicerçado numa aristocracia rural. Segundo o autor:

O impacto de uma *brasília* contundentemente real e espantosamente inconsistente foi acusado também, de modo próprio, em **Visão do esplendor** de Clarice Lispector e na “Tropicalia” de Caetano Veloso. Esse impacto parece dizer que o Brasil está a toda distância e nenhuma do moderno, e que Brasília faz isso visível como nunca, no ponto em que arcaico e moderno não aparecem em linha sucessiva, mas como pólos de uma mesma corrente sincrônica (WISNIK, 2002, p. 178).

Esta discrepância pode ser ilustrada a partir do sistema jurídico, cujo aparato não se mantém uniforme nas diversas localidades que abrangem as fronteiras para além dos grandes centros da época. Wisnik (2002) retoma a questão ao identificar a falibilidade da aplicação das leis devido a diversos fatores inerentes a cada qual destas localidades, por sua vez, sujeitas ao frágil perfil educacional da população e, decorrente disto, à não conscientização da cidadania e precariedade vigente das condições de mão-de-obra. Em suas palavras,

Resumo do Brasil: a lei não faz sentido na formação ancestral brasileira, e, sob pena de continuar a não fazê-lo *ad aeternum*, não estabelece e estabiliza o simbólico – é regra ambivalente e arbitrária oscilando insidiosamente entre a violência e a retórica. (WISNIK, 2002, p. 184).

A vulnerabilidade acima identificada no corpo da lei estender-se-á, em “O iniciado do vento” (1959), à lei dos corpos; isto é, a partir de um fato misterioso, estabelece-se um processo de desintegração da subjetividade do protagonista, baseada unicamente em um entendimento de certa transgressão do código padrão de comportamento, o que incorreria na desqualificação discursiva desta personagem enquanto genuinamente masculina. A um engenheiro, como o referido José Roberto, se adequaria um perfil apolíneo, não afeito a considerações sensoriais ou subjetivas, jamais se mostrando vulnerável, por exemplo, psicologicamente, ao impacto de uma ventania, ou de uma brisa, ao que caberia tão somente uma abordagem dentro de um ponto de vista fenomenológico, isto é, considerar-se tal como um mero fenômeno da natureza, nada mais. Para além, do mérito da relacionamento em si entre os dois protagonistas, contemplado em estudos recentes como plausível, a partir da produção cinematográfica *O menino e o vento*, de Carlos Hugo Christensen, considerada a pioneira nos interesses da causa LGBTQIA+, esta questão ética e o horizonte de expectativas em torno do sujeito masculino, detonariam o conflito motor da trama o qual, contrapondo duas matrizes discursivas, deixa a nu todo um grupo social cuja voz se coloca, via ironia dramática, sob alvo de uma crítica atenta à formação da imagem calcada no gênero e seus estereótipos. A análise desses dois protagonistas em questão traria, portanto, à tona, a falibilidade do conceito de masculinidade, desestabilizando a crença em uma idealização irreduzível das características que este conceito abarcaria, considerando-se suas especificidades, âmbito e contextos vários.

Nesse diapasão, recorreremos a alguns estudos teóricos, como o de Elisabeth Badinter, que disseca a identidade masculina em seu *XY: sobre a identidade masculina* (1993), apresentando várias facetas, as quais fugiria ao nosso escopo explorar na íntegra; torna-se, porém, interessante, ponderar como a autora elenca tipos excludentes que se distinguiriam por “graus” de virilidade, desde o que chama de “homem-mole”, a exemplo daquele que “lava-pratos”, ao “homem duro”, mais irascível, violento, que se teria por um ideal, uma pretensa masculinidade plena. Colocando a ambos, naturalmente, sob rasura, ela propõe o “homem

reconciliado”, um sujeito mais desvencilhado de convenções, uma visão, hoje, após trinta anos da publicação se seu trabalho, mais palpável aos nossos olhos.

Isto posto, relativamente à trama de “O iniciado do vento”, deve-se realçar o caráter de processo, prática, mesmo treino, que a teórica destaca ser necessário à constituição do sujeito masculino, levantando de forma contundente um conjunto de rigorosas premissas que soam como uma espécie de *karma* para o mesmo. Diz a autora:

Ser homem significa *não ser* feminino; *não ser* homossexual; *não ser* dócil, dependente ou submisso; *não ser* efeminado na aparência física ou nos gestos; *não ter* relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; *não ser impotente com as mulheres* (BADINTER, 1993, p.117).

Realçando o caráter aleatório que antevê na determinação das categorias binárias ela ainda pondera: “Ser homem se diz mais no imperativo do que no indicativo. A ordem “seja homem”, tão frequentemente ouvida, implica que isso não é tão evidente e que a virilidade não é, talvez, tão natural quanto se pretende (BADINTER, 1993, p.3). Finalmente, ela resgata Norman Mailer, quando este melancolicamente conclui que ser homem “é a batalha sem fim de toda uma vida” (BADINTER, 1993, p.113).

Jane Flax (1994), por sua vez, destaca que:

Na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros das relações de gênero, embora de modos altamente diferenciados mas inter-relacionados. O fato de que os homens pareçam ser e (em muitos casos) sejam os guardiães, ou pelo menos os tutores, dentro de uma totalidade social, não nos devem cegar em relação à extensão em que eles, igualmente, são governados pelas regras de gênero (FLAX, 1994, p. 227-228).

A partir dos argumentos acima, pode-se avaliar o que representaria para a sociedade brasileira de meados do século, rural ou urbana, o homem que não se afirma enquanto representante dos padrões vigentes; por outro lado, a volta nostálgica a um lugarejo paradisíaco, parado no tempo, mescla expectativas: o reinado do concreto, obliterará para sempre a percepção da natureza? A arquitetura rígida a se erigir na capital do futuro parece ter despertado o inconsciente de Aníbal Machado; ele escreverá então para despertar sentidos latentes, ou agonizantes?

A provocação nos remete, mais detalhadamente, ao enredo do conto. Este se desenvolve a partir da focalização do referido engenheiro, figura principal que, por vezes assume a narrativa. Tendo em vista ter presenciado a morte de cinco operários em um acidente de trabalho, não coincidentemente, na construção de uma ponte, José Roberto, pós-trauma, escolhe um vilarejo como ambiente de repouso e, lá, estabelece uma amizade com Zeca da Curva, nativo do lugar. Ao jovem, naturalmente, interessa o trabalho, e, então, passa a desempenhar o papel de guia do engenheiro, numa insólita disposição de ambos de usufruírem do fenômeno do vento contínuo que soprava no local. Conforme previamente investigado por Zé Roberto, as condições geográficas da localidade propiciavam uma visibilidade ímpar do fenômeno. Não surpreendentemente, o misterioso desaparecimento do menino, culmina com a imputação de Zé Roberto de homicídio. A trama com colorações surrealistas chega, contudo, a um desfecho favorável ao réu, mediante sua habilidade em lidar com as palavras e reverter a opinião pública. O depoimento em primeira pessoa, uma autodefesa do engenheiro, o qual dispensara qualquer advogado, talvez não surtisse tamanho efeito, caso não tivesse sido acompanhado de uma cronometrada interferência do vento, que, como uma solução *deus ex machina*, adentra o recinto no final do julgamento e desbarata as páginas do processo para a comoção geral.

A consistência da leitura Coelho (2009), que, em várias instâncias, associa à rejeição do mundo capitalista a adoção da prática de apreciação do vento, pode ser questionada ao se vislumbrar por entre as brumas da crítica materialista a sugestiva marca do gênero. Extremamente criteriosa, diga-se de passagem, a estudiosa evita, através de eufemismos, paráfrases e outros recursos retóricos, a admissão de um latente veio homoerótico na relação entre ambos. Contudo, quanto à retórica da argumentação de Zé Roberto, que dispõe, com sucesso, de todas as suas fichas, ao trazer para a mesa o aspecto transcendental inerente à sua percepção da natureza, por outro viés, e a despeito de sua própria fala, traz também a reafirmação do livre-arbítrio, e a condenação, sim, à incapacidade de se pensar com isenção na liberdade dos corpos. Nesse ponto, é oportuna a teorização de Judith Butler quando afirma que:

A categoria de sexo é, a princípio, normativa: é o que Foucault chama de ideal regulador. Nesse sentido, então, sexo não somente funciona como uma norma, mas também é uma parte de uma prática reguladora que produz os corpos que governa, isso é, cujas forças reguladoras tornam-se claras como um tipo de poder produtivo, o

poder para produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla<sup>2</sup> (BUTLER, 1993, p.1. Tradução nossa).

Seria, talvez, porém, de se questionar, na organização da coletânea, o lugar de fala do autor, se o segundo lugar dado ao conto no sumário da antologia, não seria já uma forma sutil de dar visibilidade à questão, qual uma semente sutilmente “jogada ao vento”?

A seguinte passagem descortina uma perspectiva contrária, a princípio, à audiência que o ouve:

Preciso contar, Sr. Juiz, como se foi formando entre nós esse estado de espírito. Eram encontros e diálogos quase diários em face e dentro mesmo das correntes de ar que percorrem esta cidade, onde a vítima era tida como um vagabundo, fazedor de biscates. Talvez um solitário e, por certo, um incompreendido. Eu trocava pela sua intuição poética a minha experiência de adulto e meus vagos conhecimentos de meteorologia.

A princípio cheguei a pensar que ele estivesse alimentando os meus caprichos, em busca de gorjetas ou de qualquer proteção de minha parte. Depois...depois é que vim a descobrir nele um verdadeiro iniciado do vento (MACHADO, 2002, p. 41-42).

Na dinâmica acima descrita há, paradoxalmente, uma sugestão aventada por Coelho, comum a sociedades tribais, de um rito de passagem, o qual implicaria uma exacerbação de demonstração de força para se fazer jus ao *status* de sujeito-homem. Numa linha mais histórica, ela qualifica, porém, o arrebatamento de Zé Roberto como uma apologia à liberdade, em detrimento da aceitação do trabalho enquanto força motriz da caracterização da personagem. De acordo com a estudiosa,

Quando de volta ao hotel, entrou na sala de refeições, os poucos hóspedes que jantavam, olham para o engenheiro de maneira recriminatória – ele já havia encontrado o menino. Nessa passagem, havemos de ponderar que é a impressão de José Roberto, talvez por ter junto à sensação de liberdade, o julgamento de uma ação

---

2 *The category of “sex” is, from the start, normative; it is what Foucault has called a “regulatory ideal”. In this sense, then, “sex” not only functions as a norm, but is part of a regulatory practice that produces the bodies it governs, that is, whose regulatory force is made clear as a kind of productive power, the power to produce – demarcate, circulate, differentiate – the bodies it controls .*

que, de certa forma o diferenciava do grupo, caracterizando-se assim como uma forma de ruptura social (COELHO, 2009, p. 196).

O que se sente, embora de maneira tácita, neste caso, é que o deslumbramento desse ser racional com um elemento da natureza tende a “feminilizá-lo”, embora o comentário vago equacione sua atitude com um outro tipo de lampejo de “ruptura social”; assim, oblitera-se uma componente no horizonte de expectativa dos adultos: se o deleite pueril do rapaz torna-o “estranho”, aos que o assistem, torna-os preconceituosos, num viés típico, ligado à interpretação e reação homofóbicas. O fato fortuito incompreendido vem a ser habilmente desviado dessa lente através da bem fundamentada retórica de Zé Roberto, com seu sedutor apelo a uma possível identificação mútua através “da arte”: uma “arte de se ver”.

Seria, talvez, portanto de se questionar, sobre a possível intencionalidade do autor, se o mesmo, na organização da coletânea, ao determinar o segundo lugar ao conto no sumário desta, não seria uma forma sutil de dar visibilidade à questão. Tal e qual uma semente sutilmente “jogada ao vento”?

Adiando-se, porém, esta particularidade para uma futura reflexão, voltemos à tessitura discursiva dos diálogos e dos perfis que compõem, na história, a gama da “cor local”. Acredito que mais importante do que se apurar se houve alguma transgressão aos códigos lavrados da época, deva-se destacar, lembrando Butler (1993), sob que condições de possibilidade ocorre a aproximação dos dois protagonistas e a percepção da mesma; quais estereótipos atuam como “pano de fundo” do problema, como também, pelo mesmo motivo, sob que limitações se constitui o horizonte contextual daquelas pessoas, restritas em termos de seu tempo e espaço.

Desta feita, uma moeda de troca que contemplasse algo tão impalpável, como o vento, como ilustra a passagem abaixo, soaria inviável:

A nossa intimidade, Sr. Juiz, foi assim crescendo à base de vento. Encontrávamo-nos sempre. Um dia, eu subia a estrada que leva à colina de onde se avista a cidade e a ala esquerda do hotel. Sobre as casas pairava a faixa de fumaça deixada pela locomotiva. Eu caminhava devagar. Mais devagar vinha descendo o garoto.

(...)

Olhou entristecido para a cidade e depois para a paisagem:

- Ele hoje não veio...

Mas tarde, com certeza, respondi.

- O mundo fica sem graça, não é? Tudo parece fotografia.

Circunvaguei a vista. Tudo parecia mesmo fotografia. Ar parado, árvores imóveis, inalterável ainda a faixa de fumaça. Pensei comigo:

- Este garoto está hoje diferente... Fora de seu natural. É preciso ventar para que ele comece a viver. (MACHADO, 2002, p. 46-47 ).

A atração daquele homem da cidade pelo campo é inserida na história através deste jogo de sedução em que o vento, já agindo também como um protagonista – um agente, sopra aos ouvidos do leitor. As instâncias de troca de saberes tornam-se assim recorrentes: o menino, que nunca viu o mar, o enlevo de transpor barreiras, a sede do conhecimento, tomam lugar na conversação entre ambos.

- Olha lá... Quer dizer que o vento está correndo muito alto, você está vendo?

- Estou, mas eu gosto é quando ele passa baixinho e vem brincar no capim.

- Com certeza está indo para o mar.

- Pro mar! Como é que sabe?

- Porque a costa atlântica é para aqueles lados...

Costa o quê?

(...)

E o que é que o vento vai fazer no mar?

Respondi que não sabia, mas achei melhor dizer qualquer coisa, dar largas à imaginação do meu interlocutor.

- Ajudar os veleiros, respondi. Animar as águas, preparar os temporais. Você já viu o mar?

Sua testa franziu-se. Era, creio, a segunda vez que lhe fazia tal pergunta e ele desconversava. Passou a cismar. Depois, em tom de justificativa: – O maquinista prometeu me levar escondido na máquina, mas mamãe disse que me bate, que se for, ela não vai mais querer saber de mim.

Parou a cismar.

- Lá o vento corre à vontade, não é? Não tem parede, não tem morro, não tem nada para atrapalhar... Assim, é fácil... (MACHADO, 2002, p. 43-44 ).

O estrato semântico em torno de ideias tais como a da liberdade e da alegria que compartilhavam sugere uma interlocução autêntica, não se evidenciando aqui algum mascaramento por parte da personagem narradora. Por sua vez, o texto de Aníbal Machado é

rico de nuances para evidenciar, ora um julgamento vazio, uma nota dissonante, que explora a constituição da personagem via discurso; e este arbítrio do *logos*, de deixar que o texto fale por tantos outros constitui sua força.

Assim sendo, não se quer aqui negar o mérito da abordagem marxista que é totalmente pertinente no contexto, mas entende-se como meritória a projeção de uma personagem através da qual se possam vislumbrar rotas por mares não antes navegados, cuja ressonância se fará sentir com o tempo.

O elemento discursivo, o qual surge, então, em diversos níveis, como ferramenta dupla de caracterização e veiculação irônica, ao invés de expor Zé Roberto aos olhos do público, designará, consistentemente, um certo modo de ver e pensar de uma audiência alienada, envolta em preconceitos, visões estereotipadas, uma sociedade com “o poder para produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla” (BUTLER, 1993, p.1. Tradução nossa). Um perfeito exemplo desta assumpção aqui já mencionado, trazido à tona por Coelho, é o da reação das pessoas ao Zé Roberto adentrar o recinto do hotel e sentir “junto à sensação de liberdade, o julgamento de uma ação que, de certa forma o diferenciava do grupo”. Este mesmo inconveniente se nota quando Zé Roberto comunica ao advogado da corte que prescindirá de seus préstimos e este, ciente da má intenção de certas pessoas, também em extenso número que nos fuge exaurir, o amedronta, e enfaticamente o exorta a se preparar:

– Ninguém faz ideia do que seja a cadeia desta cidade! Ali não entra luz, a água mina das paredes. Venta noite e dia! Ali só os ratos e vermes são felizes!...

Era uma advertência que o engenheiro achou declamatória e extemporânea. Pediu desculpas ao advogado, estava cansado, precisava dormir, amanhã lhe diria qualquer coisa.

– Mas defenda-se, disse o bacharel despedindo-se com uma emoção que o hóspede não ficou sabendo se era sincera ou simulada (MACHADO, 2002, p. 29 ).

A reação do homem é um misto de alerta, interesse, ou mesmo simpatia: Zé Roberto fará sua defesa na contra mão de um Brasil do progresso, da razão, e do preconceito.

Finalmente, com relação ao fantástico se contrapondo ao estereótipo, Coelho (2009) nos revela uma faceta de sua utilização, como estratégia de abordagem de assuntos considerados

tabus por certos autores, identificando uma necessidade de evasão do cerne do problema através do inexplicável. A respeito disso, lê-se:

Ainda segundo Todorov o fantástico é um meio de combate contra a censura: ele expõe, via de regra, tabus ou temas proibitivos em uma determinada coletividade. Tomemos uma série de temas que provocam frequentemente a introdução de elementos sobrenaturais, o incesto, o amor homossexual, o amor a vários, a necrofilia, a sensualidade excessiva... Temos a impressão de ler uma lista de temas proibidos... Além disso, ao lado da censura institucionalizada, existe outra, mais sutil e também mais generalizada: a que reina na psique dos autores. A condenação de certos atos pela sociedade provoca uma condenação que ocorre no próprio indivíduo, proibindo-o de abordar certos temas tabus. O fantástico é um meio contra uma e outra censura: os desencadeamentos sexuais serão mais bem aceitos por qualquer espécie de censura se pudermos atribuí-los ao diabo. (TODOROV, 1992, p. 151 apud. COELHO, 2009, p. 57).

O fantástico é, então, incorporado enquanto algo real na fala do engenheiro, o qual assume para si a palavra, fato também contraditório, dada a sua formação. Ao que parece, Aníbal Machado desconstrói também os estereótipos da subjetividade profissional e ideológica da personagem, apresentando-o como um eloquente orador, confortável no manejo da retórica, sabendo medir bem as palavras, equilibrando-se na corda-bamba do júri:

Senhor Juiz, sou engenheiro construtor de pontes. Procuo viver de coisas positivas e, tanto quanto possível, explicáveis. Não cultivo a atração do abismo. E o absurdo me aborrece. Se de meus pais herdei certa tendência para o sonho, eles próprios me preveniam contra as ciladas da imaginação. Também não sou amador de fatos estranhos da vida, posto que sempre aconteçam. Já disse que sou engenheiro construtor de pontes. Sr. Juiz, há cerca de três meses desembarquei nesta cidade em busca de repouso. Estava esgotado, precisava refazer as forças. (MACHADO, 2002, p. 35, 36)

Nota-se na configuração que Zé Roberto faz de si mesmo um propósito de humildemente convencer a audiência quanto à enunciação de sua verdade, ainda que empreendendo uma reversão das próprias crenças, hábitos, valores. Contudo, não deve passar despercebida a sua vulnerabilidade com relação ao acidente, contrariando a máxima do “homem-duro”, o “que não chora”; e, que, de fato, irá de encontro à atitude dele. De uma fala concreta e objetiva, ele passa a uma posição mais no nível do transcendental, como se pode ler abaixo:

Se Vossa Excelência, senhor Juiz, não quiser admitir que além dos fatos habituais da nossa vida cotidiana, outros há, íntimos que ocupam a parte maior de nosso ser; mas que temos vergonha de confessar para não parecermos infantis ou loucos. São

justamente os mais secretos que o senso comum se recusa a considerá-los (MACHADO, 2002, p. 54).

A bem sucedida exposição do depoente faz-nos voltar às nuances que caracterizariam ambos os Josés, o apolíneo e o dionisíaco, as quais se veem desbaratados: ao final, Zeca da Curva é absorvido como Ícaro pela ansiedade em adentrar o mundo urbano, ao passo que José Roberto, ao final da história, se rende a uma total abstração da natureza. Se o vento mostra-se, em suma, como um anjo resgatador deste mundo idílico face ao senso comum, por outro lado, a voz do patriarcado, alegorizada na figura de um “homem-da-lei”, tentando recolher em vão as páginas do processo, ainda se faz presente, subjazendo ao inusitado cenário: “— Para mim, vento é vento e nada mais... concluiu com melancolia o escrivão, acenando a cabeça”. (MACHADO, 2002, p. 57).

Esta imagem do vento soprando as páginas do manuscrito, assim como as folhas do jornal e todo tipo de material impresso, estaria relacionada ao questionamento da ordem social e econômica estabelecida, bem como, em uma leitura contemporânea, também identitária de gênero. O vento torna-se então um nível, uma projeção de verdade em si. Essa característica de dinamismo e mudança é associada à ideia de relatividade das coisas, envolvendo personagens e também leitores em torno de uma busca de um objeto impalpável, o qual não estaria nem lá, nem cá; mas, como o próprio vento, em vários lugares, para além de nossa percepção.

## Referências:

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Trad de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1993.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter*. New York: Routledge, 1993.

COELHO, M. A. *Entre a pedra e o vento: uma análise dos contos de Aníbal Machado*. 2009. 238f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gêneros na teoria feminista. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1987.

MACHADO, Anibal. *A morte da porta estandarte e outras histórias*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002.

WISNIK, José Miguel. "O Famigerado". *Scripta* 10. Ich/ PUC - Minas. Vol.5. N. 10, 2002.

Audivisual

*O Menino e o Vento*. Direção Carlos Hugo Christensen. Brasil. Distribuição: Art Filmes e Warner Home Vídeo. 1967.

**ABSTRACT:** The present analysis aims at a critical reading of Anibal Machado's short story "O iniciado do vento", based on premises of gender, and its involvement in the constitution of subjectivities. I believe that the story, as it presents a plot of suspicion in relation to a presupposed affair between two male characters, deliberately causes an effacement of frontiers on the level of ethics, establishing a tension which remains unresolved. That anticipates later philosophical positions related, in especial, to masculinity, as identified and analysed by Elisabeth Badinter, and by extension, to whichever purported category in the specter of gender as approached by Jane Flax(1994) and Judith Butler (1993), among many, as a social constructions to be demystified.

**KEYWORDS:** Anibal Machado, Gender Studies, Masculinity, Modern short-Story.